

**O PORTUGUÊS BRASILEIRO:
LÍNGUA, VARIAÇÃO E NORMAS**

Marcos Vinicius Rodrigues Gomes (UFF)

marcos.rod.gomes@gmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elianafff@gmail.com

RESUMO

A variação linguística é um fenômeno observado em todas as línguas. Na língua portuguesa falada no Brasil, a variação é ainda mais plural e evidente, tendo em vista a dimensão territorial do país e as desigualdades sociais ainda bastante acentuadas. Diante desse cenário, o presente artigo pretende discorrer sobre a trajetória da diversidade linguística do país e, a partir de uma reflexão que relaciona língua, sujeito e história, problematizar a existência de apenas uma norma legítima no português brasileiro. O artigo se constrói a partir de uma pesquisa bibliográfica, com base em livros e artigos sobre o tema estudado, sobretudo em diálogo com os postulados teóricos de Bagno (2012), Bortoni-Ricardo (2005) e Faraco (2008). Concluiu-se, por fim, que o português brasileiro, como toda língua, é um sistema heterogêneo, constituído por um conjunto de variações (ou normas) funcionais e em constante interação e mudança.

Palavras-chave:

Norma. Variação linguística. Vernáculo brasileiro.

ABSTRACT

Linguistic variation is a phenomenon observed in all languages. In the Portuguese language spoken in Brazil, the variation is even more plural and evident, in view of the country's territorial dimension and social inequalities that are still quite pronounced. Given this scenario, this article intends to discuss the trajectory of linguistic diversity in the country and, from a reflection that relates language, subject and history, problematize the existence of only one legitimate norm in Brazilian Portuguese. The article is built from a bibliographical research, based on books and articles on the subject studied, especially in dialogue with the theoretical postulates of Bagno (2012), Bortoni-Ricardo (2005) and Faraco (2008). Finally, it was concluded that Brazilian Portuguese, like any language, is a heterogeneous system, consisting of a set of functional variations (or norms) in constant interaction and change.

Keywords:

Norm. Brazilian Vernacular. Linguistic variation.

1. Introdução

A variação linguística é uma realidade evidente em qualquer língua falada, em qualquer lugar do mundo. No Brasil, por conta da extensão

territorial e das complexidades históricas e sociais, a variação é ainda mais acentuada e múltipla, podendo ocorrer entre falantes de regiões diferentes e até mesmo entre falantes de uma mesma cidade, mas pertencentes a classes socioeconômicas diferentes. Vale lembrar que as variações podem ainda desencadear processos de mudança, ao longo dos anos. São mudanças como essas que estão na base da consolidação do português brasileiro, enquanto língua autônoma e com uma gramática diferente do português europeu.

Essa diversidade, entretanto, nem sempre é reconhecida como algo natural e legítimo. Por conta disso, os traços característicos das variedades populares costumam ser estigmatizados, enquanto a chamada “norma culta”, geralmente usada por falantes letrados, chega ao ponto de ser confundida com o próprio conceito de língua, entendida como sistema homogêneo e imutável.

O presente artigo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pretende contribuir com algumas reflexões teóricas acerca da relação entre língua, variação e norma, no contexto brasileiro, objetivando desconstruir a ideia de que a língua é dissociável da variação e de que há apenas uma norma linguística legítima.

Para desenvolver as reflexões propostas, na primeira parte serão discutidas algumas concepções de língua, dando ênfase à concepção defendida pela sociolinguística. A segunda parte apresentará um resumo do processo de formação do vernáculo brasileiro, visando explicar sua diversidade dialetal sincrônica. A terceira parte trará uma problematização do conceito de norma culta institucionalizado no Brasil, suas diferenças em relação à norma padrão e aspectos da sua interação com as variedades populares da língua. A quarta parte, por fim, servirá para fazer um apanhado geral da pesquisa.

2. Língua e sujeito: a sociolinguística

No início do século XX, ao estabelecer a dicotomia língua/fala (*langue/parole*), Saussure defende uma separação entre o social e o individual. Para ele, a língua constitui um sistema mental compartilhado por indivíduos de uma sociedade. A fala, por outro lado, é do domínio individual, se refere ao uso que cada falante faz desse sistema existente na coletividade. Apesar dessa separação, os dois conceitos estão interligados, pois “a língua é condição da fala, uma vez que, quando falamos, estamos

submetidos ao sistema estabelecido de regras que corresponde à língua” (MARTELOTTA, 2011, p. 116).

Feita essa divisão, Saussure propõe que, nos estudos da linguística, se elimine da língua “tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema” (SAUSSURE, 2006, p. 29). De acordo com o teórico, o objeto da linguística deve ser, portanto, a língua enquanto sistema, sendo indiferente a elementos exteriores, que poderiam ser relacionados à concretização desse sistema na vida social por meio da fala.

Conceber a língua como sistema significa que

[...] na língua só há diferenças. Portanto, não só os signos se definem uns em relação aos outros, mas também os elementos que compõem os significantes, isto é, os sons, bem como os significados. Assim, o valor do [l] só é dado em razão de sua oposição com o [r]. O primeiro só tem um valor dentro do sistema, porque serve para opor signos como *lata* e *rata*. Os significados de *ira*, *ódio*, *rancor* e *raiva* ganham seu valor dentro do sistema porque uns se opõem aos outros, cada um tem uma diferença semântica em relação aos outros. (FIORIN, 2002, p. 84)

Saussure utiliza a noção de valor para explicar que, dentro de um sistema linguístico, os elementos se definem a partir da diferença. Além da dicotomia língua/fala, a dicotomia sincronia/diacronia também é fundamental para compreender a concepção saussuriana de língua. Segundo o teórico, o estudo da língua deve executar uma abordagem sincrônica, ou seja, deve partir do estado atual do sistema, sem considerar a trajetória de transformações pelas quais a língua passa ao longo da história.

Tais conceitos resumem o que ficou conhecido como estruturalismo na linguística. A escola estruturalista foi predominante nos estudos da linguística até a metade do século XX. Nessa época, o gerativismo de Noam Chomsky também se consolidou como outra influente teoria da linguagem. Apesar de tanto Saussure quanto Chomsky elegerem a língua enquanto sistema abstrato como objeto de estudo, os dois teóricos se diferenciam em suas abordagens, pois,

enquanto o linguista suíço (Saussure) abstraía suas entidades virtuais de um mundo que ele chamava de *social* (mas, de fato, uma sociedade esquemática, abstrata), Chomsky se vincula à psicologia cognitiva e traça suas dicotomias separando o que se processa no cérebro do falante e o que se expressa concretamente na realização falada. (BAGNO, 2012, p. 47-48)

Grosso modo, o gerativismo de Chomsky relaciona linguística e biologia ao defender que a linguagem é uma capacidade inata de seres humanos. De acordo com ele, há um dispositivo genético que permite ao

indivíduo organizar em seu cérebro a gramática da língua a qual é exposto desde o nascimento. A dicotomia língua/fala de Saussure foi substituída por Chomsky pela dicotomia competência/desempenho. Assim, “o objeto dos estudos linguísticos é a competência linguística do falante-ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade linguisticamente homogênea” (TARALLO, 2009, p. 6).

Como se pode constatar, os dois teóricos excluem de suas abordagens o sujeito falante nas suas práticas de linguagem exigidas pela vida social. Foi a partir da segunda metade do século XX, que começou a surgir teorias linguísticas que incluíam o sujeito falante em situações reais de uso da língua. Essas novas tendências significaram uma mudança de ponto de vista, que passou a privilegiar as relações entre a língua, a história, a cultura e a sociedade, já que, como aponta Saussure (2006, p. 15), na linguística, “é o ponto de vista que cria o objeto”.

Entre essas novas teorias, está a sociolinguística, que estuda as relações entre a língua e seus usos sociais. Willian Labov é o fundador desse modelo teórico-metodológico. Para explicar a concepção de linguagem com a qual trabalha, o estudioso questiona a necessidade do próprio termo “sociolinguística”, que considera redundante, já que defende que todo trabalho com a linguística deve ser, obrigatoriamente, social:

“A língua é uma forma de comportamento social: declarações neste sentido podem ser encontradas em qualquer texto introdutório. Crianças mantidas em isolamento não usam a língua; ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros. (LABOV, 2008, p. 215)

O interesse da sociolinguística, portanto, é a fala e não a língua, enquanto sistema fechado e homogêneo, uma vez que “A cada situação de fala em que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é, a um só tempo, heterogênea e diversificada. E é precisamente essa situação de heterogeneidade que deve ser sistematizada” (TARALLO, 2009, p. 6). Esse sistema é, na realidade, um “polissistema, composto das múltiplas variedades (e de suas múltiplas gramáticas) existentes num domínio espacial habitado por uma população que se reconhece falante de uma mesma língua, apesar dessa variação (BAGNO, 2012, p. 77).

Os próximos tópicos serão dedicados à explanação acerca desse polissistema no contexto brasileiro e da interação das diferentes gramáticas que ele abarca.

3. Variação e contato linguístico: o vernáculo brasileiro

O conceito de vernáculo faz parte da metodologia da sociolinguística. Segundo Labov (2008, p. 244), o vernáculo “é o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala”, sendo assim, a língua “usada nos botequins, clubes, parques, rodas de amigos, nos corredores e pátios das escolas, longe da tutela dos professores” (TARALLO, 2009, p. 19) é o objeto de estudo da sociolinguística, uma vez que seu objetivo “deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas” (LABOV, 2008, p. 244).

Bagno se refere ao vernáculo como a língua da mãe, “a língua que cada pessoa começa a adquirir tão logo nasce e cria o vínculo afetivo-linguístico com a mãe” (2012, p. 100). Em síntese, é uma língua oral com a qual o indivíduo desenvolve uma relação de afetividade e, por meio dela, constrói sua identidade. Segundo o autor, a língua da mãe é diferente da língua do pai, que serve de metáfora para a gramática tradicional e de caráter legislador:

A língua paterna é a língua da Lei, sempre associada à figura do pai, inclusive nos postulados da psicanálise freudiana. A língua materna – língua de mulher – sofre na maioria das sociedades as mesmas depreciações dedicadas ao gênero feminino: é o lugar do “erro”, do “desvio”, do “frágil”, do pouco confiável, do instável, do inconvenientemente sensível e sensitivo. Ao pai cabe domar e domesticar esse idioma errático, conferindo-lhe regras, regimentos, registros, regências, regulamentos (...) (BAGNO, 2012, p. 100)

O vernáculo, com efeito, é a língua em seu estado real, livre das pressões institucionais que pretendem uniformizar um sistema sujeito a variações regionais, etárias, socioeconômicas, etc. Uma variedade encontrada na língua falada, entretanto, “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 1991, p. 6-7). Por esse motivo, a “língua paterna”, ou seja, a variedade normatizada, é a detentora de maior prestígio, a ponto dessa variedade, comumente associada a adjetivos como “cultura” ou “padrão”, ser, não raro, considerada sinônimo de “língua” (GNERRE, 1991).

Enquanto o vernáculo está ligado à oralidade, a variedade culta está relacionada à ortografia, como ocorre nas “sociedades que são fortemente letradas, isto é, em que a cultura escrita é onipresente e supervalorizada” (BAGNO, 2012, p. 100). Nessas sociedades, existem fatores sociais que agem sobre a língua na tentativa de mantê-la invicta aos impulsos da

mudança. Bagno (2012) chama de forças centrípetas a ação dessas instituições e agentes sociais, sendo a escola a principal delas, pois é “o sistema formal de ensino que, em todos os seus níveis, tenta dar aos cidadãos (...) uma educação sistematizada, programada de acordo com currículos definidos pelas instâncias oficiais” (BAGNO, 2012, p. 125).

Em movimento oposto, há as forças centrífugas (Cf. BAGNO, 2012), que estimulam a mudança linguística, processo do qual participam

fatores socioculturais, decorrentes das dinâmicas de interação dos indivíduos e das populações de uma dada comunidade, e de fatores sociocognitivos, derivados do funcionamento do nosso cérebro quando processamos a língua que falamos (e fazemos isso a cada segundo), processamento que implica não só o indivíduo, como também os demais com quem ele interage. (BAGNO, 2012, p. 124)

A variação e o contato linguístico são os mais importantes fatores sociais que exercem forças centrífugas sobre a língua (Cf. BAGNO, 2012, p. 125). Como já se sabe, a variação está no cerne dos estudos sociolinguísticos. A língua em seu estado natural, ou seja, o vernáculo, está sujeito a variações, por isso “é comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer ‘a mesma’ coisa” (LABOV, 2008, 221) em qualquer nível linguístico: fonológico, morfológico, sintático, lexical e discursivo (Cf. GORSKI; COELHO, 2009).

Além das razões estruturais, existem as razões sociais para essas variações, as mais relevantes para esse estudo. Desse modo, “A literatura sociolinguística costuma descrever a variação segundo os seguintes tipos: variação regional ou geográfica, variação social ou estilística” (GORSKI; COELHO, 2009, p. 76).

A variação regional, também chamada de diatópica, diz respeito às diferenças linguísticas observadas entre falantes de uma mesma língua, porém habitantes de regiões ou países diferentes. Desse modo, é indiscutível que há diferenças

tanto entre o português de além-mar – falado na Europa (Portugal, Açores, Madeira), na África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau) e na Ásia (Goa, Macau) – e o português do Brasil, como entre os falares das várias regiões do Brasil (sul e nordeste, por exemplo) (GORSKI; COELHO, 2009, p. 76).

Já a variação social, também conhecida como diastrática, envolve fatores socioeconômicos e culturais. Assim, “Entram em jogo fatores como a classe social, o sexo, a idade, o grau de escolaridade, a profissão do indivíduo” (GORSKI; COELHO, 2009, p. 77). É fácil perceber que homens falam diferentes de mulheres, que pessoas de diferentes profissões

utilizam jargões próprios do seu domínio de conhecimento etc. Uma diferença linguística bastante significativa para que se possa entender a própria estrutura sócio-histórica de exclusão e preconceitos sobre a qual se erigiu a sociedade brasileira é a que separa pessoas mais abastadas e/ou possuidoras de maior grau de instrução daquelas das camadas mais desprivilegiadas que, muitas vezes, não possuem acesso a uma educação de qualidade:

Enquanto em outras sociedades a variação é determinada principalmente por outros fatores sociais, como a etnia, a posição hierárquica de mulheres e homens, a origem geográfica do falante etc., na sociedade brasileira é a **desigualdade de acesso aos direitos elementares e a cidadania plena**, a começar pela educação, a principal barreira que separa as variedades linguísticas. É de se esperar que, com o aumento progressivo desse acesso, as diferenças entre as variedades linguísticas deixem de ser causadas pela desigualdade educacional e correspondam bem mais a diferenças regionais. (BAGNO, 2012, p. 129-130)

Sendo assim, as variações regionais e sociais são fundamentais não só para compreender o funcionamento do vernáculo brasileiro hoje, mas também sua formação. As variações e as mudanças pelas quais toda língua passa continuamente estão relacionadas ao contato linguístico, a outra força centrífuga que age sobre as línguas. Se hoje, no Brasil, se fala uma língua diferente do português europeu, é por causa do contato dessa língua com as dos nativos e dos africanos trazidos para o trabalho escravo.

O português europeu também é resultado de um processo semelhante. A língua portuguesa é uma das línguas neolatinas, isto é, uma das línguas que se formaram a partir do contato do latim vulgar, levado à Península Ibérica a partir da conquista romana, com outras línguas já existentes na região ou de povos invasores. Semelhante à diferença que existe hoje entre as variedades estigmatizadas e as variedades de prestígio, havia, nesse tempo, o latim clássico, acessível apenas a uma minoria letrada e que se conserva até os dias de hoje em textos literários clássicos de Roma e como língua oficial do Vaticano, e o latim vulgar, falado pela maioria e levado à Península Ibérica, na implantação do projeto colonizador de Roma, por “funcionários públicos, magistrados, tropas, colonos, artesãos, agricultores etc.” (BAGNO, 2012, p. 205). Foi essa variedade da língua latina que passou por processos de variação e mudança até chegar, nos dias de hoje, em forma de novas línguas, como o português, o espanhol, o italiano e o francês.

No caso do português, esse processo de mudança continuou durante o período das grandes navegações. Ao conquistar territórios na América e na África, a colonização portuguesa teve como objetivo impor a língua

européia aos povos subjugados. Assim, o português brasileiro se tornou uma língua autônoma a partir do

encontro politicamente assimétrico entre a língua portuguesa, língua de dominação, com muitas línguas autóctones e as diversas línguas aqui chegadas, primeiro as africanas, depois as línguas de imigrantes, que tornaram esta área americana, multilíngue de origem, ainda mais complexa linguisticamente (MATTOS E SILVA, 2004, p. 11)

Esse encontro politicamente assimétrico entre as línguas se explica pelo modelo de colonização empregado por Portugal no Brasil. Como se sabe, a sociedade brasileira se construiu por meio do massacre dos povos indígenas e da escravidão dos africanos por mais de três séculos. Desse modo, “a língua do estrato dominante tem efeito modelador, mas isso, contudo, não foi suficiente para dar feição ‘europeizada’ ao português brasileiro” (MATOS E SILVA, 2004, p. 23), o que equivale dizer que, embora a língua portuguesa tenha sido imposta aos povos minoritários e prevalecido como língua nacional, não se manteve como aqui chegou. As diversas influências, em vários aspectos, dessas outras línguas são responsáveis pelas mudanças que fizeram com que, hoje, exista a já referida heterogeneidade sincrônica do português brasileiro.

As diferentes trajetórias do negro e do índio no Brasil foram decisivas para o tipo de contribuição que cada um desses grupos ofereceria à formação do português brasileiro. Enquanto a maior parte dos indígenas que sobreviveu ao extermínio fugiu para as margens geográficas do país, a maioria dos negros se integrou à vida urbana (Cf. MATOS E SILVA, 2004). Dessa maneira, a herança indígena, sobretudo do tronco tupi, no português brasileiro, é mais evidente no léxico,

Por causa principalmente da ação dos bandeirantes paulistas, que denominavam com palavras tupis os locais e os acidentes geográficos que encontravam em seu caminho sertão a dentro. Por essa razão é comum encontrar toponímia de origem tupi mesmo onde nunca houve uma população tupi original. Se calcula em torno de dez mil vocábulos de origem tupi empregados na nossa língua. A maioria deles se refere à flora e à fauna e a características ecológicas, geológicas e hidrológicas do Brasil.” (BAGNO, 2012, p. 231)

Já “O elemento africano sem dúvida é responsável por muitas das características gramaticais específicas do PB (Português Brasileiro)” (BAGNO, 2012, p. 236). Um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve “teria dado origem a uma variedade linguística do português muito diferente do português falado pelos colonos portugueses e seus descendentes ‘brasileiros’” (LUCCHESI, 2009, p. 75). Nesses casos, há uma

“perda de elementos gramaticais que ocorre na aquisição defectiva da língua alvo pelos falantes adultos das outras línguas” (LUCCHESI, 2012, p. 54), ou seja, o português adquirido pelos africanos adultos apresentava lacunas e assim foi transmitido para as novas gerações de falantes. Assim, esse processo seria capaz de explicar as principais características das variedades populares do português brasileiro, sobretudo “a ampla e massiva variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal” (LUCCHESI, 2009, p. 72).

Dessa maneira, é comum no português brasileiro “a concordância de número presente apenas no artigo ou outro determinante (*as casa, esses menino, uns livro, dois carro*), tal como em banto (família de línguas africanas), onde o plural dos nomes é marcado por meio de prefixos” (BAGNO, 2012, p. 240). Não por acaso, a variação na concordância se tornou uma forma estigmatizada, embora, além do fator escolaridade, existam outros que também contribuam com a não ocorrência da concordância:

Os falantes mais escolarizados tendem a fazer mais concordância porque se apropriaram da norma culta e não querem se sentir socialmente desprezados. Mas o fator mais importante é o sistema linguístico permitir essa variação – fazer ou não fazer a concordância. Portanto, em menor ou maior grau, todos deixamos de fazer uma ou outra concordância em uma ou outra interação. (BORTONI-RICARDO et. al., 2014, p. 93)

Assumindo a variação como constitutiva do sistema linguístico, a simples oposição norma culta/variedades populares é insuficiente para descrever a complexidade do fenômeno linguístico. Por isso, o conceito de norma deve ser problematizado.

4. Norma culta e norma padrão no Brasil

Embora a palavra “norma” geralmente venha acompanhada do adjetivo “culto” para denominar a variedade de maior prestígio da língua, esse é um conceito que surgiu na metade do século XX para dar conta da heterogeneidade da língua (Cf. FARACO, 2008). Assim, uma norma é

[...] Cada um dos diferentes modos sociais de realizar os grandes esquemas de relações do sistema. Nesse sentido, cada norma se organiza como um certo arranjo de possibilidades admitidas pelo sistema. Cada um desses arranjos se desenha a partir do uso corrente, habitual de determinado grupo de falantes socialmente definido. (FARACO, 2008, p. 36)

Uma norma linguística se constitui das idiossincrasias fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais que se apresentam em um grupo de

falantes. Norma está relacionada à normalidade, ao “que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala” (FARACO, 2008, p. 37). Assim, considerando a pronúncia de palavras como *tia*, *tinha*, *dia*, *direito*: “Em algumas comunidades brasileiras, a norma (o normal) é a pronúncia africada (representável, para nossos fins, como *tchia*, *tchinha*, *djia*, *djireito*); em outras comunidades, a norma é a pronúncia não-africada” (FARACO, 2008, p. 41).

Apesar das diferenças linguísticas e socioculturais, uma norma não se encontra isolada dentro de uma sociedade, há interações e trocas contínuas por meio do contato entre os indivíduos. Por conta disso, as normas são “sempre hibridizadas” (FARACO, 2008, p. 44). Nesse sentido, Bortoni-Ricardo estabelece um “*continuum* de urbanização, que se estende desde as variedades rurais geograficamente isoladas, conhecidas genericamente como ‘dialeto caipira’ (...), até a variedade urbana culta” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 40). Ao longo desse *continuum*, existem duas regras diferentes:

[...] as que definem uma estratificação “descontínua” e que caracterizam as variedades regionais e sociais mais isoladas, recebendo maior grau de estigmatização na sociedade urbana hegemônica, e regras graduais, que definem uma estratificação contínua e estão presentes no repertório de praticamente todos os brasileiros, dependendo apenas do grau de formalidade que eles conferem à própria fala. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 40)

Dessa maneira, os traços graduais acontecem na fala de todos os brasileiros, inclusive dos mais letrados, enquanto os traços descontínuos ocorrem exclusivamente nas variedades mais discriminadas socialmente. Como já foi mencionado, a concordância verbal é um exemplo de traço gradual, já que também ocorre, embora com menor frequência, nas variedades urbanas de prestígio. Um exemplo acentuado de traço descontínuo é o rotacismo, a troca de [l] por [r] em encontros consonantais como em *placa* > *praca*, *planta* > *pranta* etc. (Cf. BAGNO, 2012).

Como apontam as pesquisas sociolinguísticas, a mudança linguística ocorre frequentemente de baixo pra cima, ou seja, “partem das camadas médias baixas da população e vão se incorporando progressivamente na fala das camadas médias altas, até atingir as camadas sociais mais altas” (BAGNO, 2012, p. 193). Diante disso, é possível afirmar que “não há norma estática” (FARACO, 2008, p. 45), a conhecida norma culta também está sujeita a mudanças, pois, ao contrário do que se acredita, ela não é a língua em seu estado puro, mas sim a designação de um

[...] conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social”. (FARACO, 2008, p. 73)

Nesse caso, a palavra “norma” possui além do já referido sentido de normalidade, outro sentido em que “norma se correlaciona com normatividade (é norma o que é normativo)” (FARACO, 2008, p. 76). Embora seja quase sempre usada como sinônimo de norma culta, a norma padrão se diferencia por ser “uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística” (FARACO, 2008, p. 75).

No processo de unificação das línguas dos estados europeus no final do século XV, foi “a variedade praticada pelos barões doutos” (FARACO, 2008, p. 76), ou seja, a norma culta da época, o modelo para a criação de gramáticas que servissem de instrumentos padronizadores das línguas nacionais, inclusive do português, a despeito da variação já existente. Até hoje, a norma culta ainda se mantém mais próxima da norma padrão, contudo, é necessário considerar que o “inexorável movimento histórico da norma culta/comum/*standart* tende a criar um fosso entre ela e o padrão, ficando este cada vez mais artificial e anacrônico, se não houver mecanismos socioculturais para realizar os necessários ajustes” (FARACO, 2008, p. 80).

A norma padrão brasileira, por seu turno, não foi estabelecida tendo como base a norma normal efetivamente falada no Brasil, na segunda metade do século XIX. Serviu de modelo para essa norma um ideal linguístico lusitano. Ao contrário da Europa, a norma padrão brasileira não possuía função unificadora, funcionando como um mecanismo de combate às variedades do português popular:

Se no século XVIII, com o *Diretório dos índios*, se buscou implantar uma política que visava calar as línguas indígenas, em especial a chamada língua geral, no século XIX, a intenção era calar as variedades rurais e (progressivamente) urbanas. Nesse afã, os formuladores e defensores da norma padrão se opuseram com igual furor às características das variedades populares e às variedades cultas faladas aqui (FARACO, 2008, p. 82)

Como já foi explicado, a miscigenação, no Brasil, não foi apenas racial, mas também linguística. Esse artificialismo na elaboração de um padrão linguístico pelas elites letradas está relacionado a uma tentativa de “embranquecimento” da população brasileira, tanto na raça, quanto na

língua. No caso da língua, acreditava-se que as mudanças ocorridas na língua portuguesa por meio do contato com línguas indígenas e, sobretudo, africanas eram deturpações do sistema e, por isso, fazia-se necessário o uso do modelo lusitano “para padronizar a fala e a escrita no Brasil” (FA-RACO, 2008, p. 81).

Esse discurso ainda vigora, motivando o preconceito em torno dos falantes das classes desprivilegiadas. Desse modo, “Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, ‘errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente’, e não é raro a gente ouvir ‘isso não é português’” (BAGNO, 1999, p. 40).

É para colaborar no combate a esse tipo de preconceito, principalmente no ensino de língua materna, que defendemos, nesse estudo, a funcionalidade estrutural e comunicativa de todas as normas que o português brasileiro acomoda.

5. Considerações finais

Quando se fala em variação linguística, é comum observar que, com bastante frequência, são evocados exemplos de traços estigmatizados da fala de indivíduos destituídos de seus direitos básicos, como a educação. Contudo, diante do que foi exposto neste trabalho, ratifica-se que a língua é formada por um conjunto de variedades. Numa abordagem sociolinguística do conceito de norma, pode-se dizer que cada uma dessas variedades constitui uma norma, não havendo, portanto, uma única norma definidora do que é certo e errado. Em outras palavras, a norma culta é uma variedade da língua de maior prestígio e não a própria língua, em seu estado puro e superior às variações.

O português brasileiro, constituído por meio de uma miscigenação linguística, confirma que a mudança linguística é um processo natural que ocorre por meio de variações e contatos linguísticos. Por ser um país desigual que se formou a partir de um processo colonizador cruel, a existência de traços linguísticos exclusivos de grupos sociais marginalizados e pouco escolarizados não são resultados de deficiências cognitivas de seus falantes e sim reflexos dos abismos socioeconômicos da sociedade.

Numa tentativa de “embranquecimento linguístico”, houve, no século XIX, e ainda há uma resistência em admitir a norma culta real, ou seja, a norma efetivamente utilizada pela população urbana letrada,

elegendo-se como modelo de fala e escrita o português lusitano. Contudo, é a norma culta brasileira que deve moldar a norma gramatical, ou seja, a variedade de maior prestígio da língua, que deve ser acessível a todos.

Em síntese, cabe dizer que a heterogeneidade da língua e a interação entre as normas do sistema é um assunto complexo, que exige uma reflexão contínua, já que a língua se movimenta enquanto houver sujeitos que a falem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.

_____. *Preconceito linguístico – O que é? como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemos na escola, e agora? – sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. *et al.* (Orgs). *Por que a escola não ensina gramática assim?* São Paulo: Parábola, 2014.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira – desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística I: Objetos teóricos*. v. 1. São Paulo: Contexto, 2002.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GORSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. Variação linguística e ensino de gramática. *Working papers em linguística*, v. 10, n. 1, p. 73-91. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/ppgel/pages/arquivos/10749-39705-1-PB.pdf>. Acesso em: 28/11/2022.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LUCCHESI, Dante. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de linguística galega*, v. 4, 45-65, Santiago de Compostela, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3056/305626425004.pdf> Acesso em: 29/11/2022.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. História do contato entre línguas no Brasil. In: ____; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Orgs). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual da linguística*. São Paulo: Contexto, 2011.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.